

PROTOCOLO 42-000206/2021

PARECER Nº. 049/2021-DP-4

**INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO
- AQUISIÇÃO DE LICENÇAS
DE SOFTWARE JURÍDICO
ANTIVIRUS - NECESSIDADE
DE PROTEÇÃO DA
TECNOLOGIA DE
INFORMAÇÃO DA CURITIBA
S/A - VIABILIDADE
JURÍDICA.**

Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de inexigibilidade de licitação para aquisição de 35 (trinta e cinco) licenças de uso de software ESET ENDPOINT PROTECTION ANTIVIRUS - Sistema Antivírus pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, por se tratar de solução imprescindível para a segurança da informação na instituição, bem como disponibilizará o suporte de técnicos qualificados pela fabricante para atendimento "on site" de ocorrências de mau funcionamento da solução que poderiam afetar toda a infraestrutura de tecnologia da informação da Curitiba S/A.

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no projeto básico (fl. 01/04).

No caso concreto, ora apresentado, juridicamente deverá ser inexigível a licitação para a contratação dos serviços descritos no projeto básico, conforme norma contida no inciso II, do artigo 29 da Lei de Licitações (Lei nº 13.303/2016), visto que o objeto da presente se enquadra nas hipóteses de dispensa de licitação, haja visto que a compra a ser realizada não ultrapassa o limite legal de R\$ 50.000,00.

Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº.

N

02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, visto a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela (fls.30), estando o procedimento de inexigibilidade regularmente instruído.

Nestas condições, ressaltada a viabilidade jurídica da inexigibilidade da licitação, remetemos o presente à Diretoria Executiva que, nos termos de sua competência estatutária e normativa, e mediante conveniência e oportunidade, irá deliberar acerca do pedido inicial.

Curitiba, 04 de outubro de 2021.



Ricardo Costa Maguetas
Assessor Jurídico
OAB-PR 28.275